

Brasil não quer ser devedor

Governo pede a bancos para tirar País da *lista especial*

HELIVAL RIOS
Da Editoria de Economia

O Governo brasileiro está pedindo formalmente aos seus credores externos que retirem o Brasil da **lista especial** de devedores, passando a dispensar ao País um tratamento de plena normalidade, incluindo-se aí a oferta de dinheiro novo. A revelação foi feita pelo ministro Dilson Funaro, da Fazenda, para quem não há nenhuma justificativa para que o Brasil continue fazendo parte desta lista, uma vez que o País, no seu entendimento, já superou a crise econômica.

O ministro da Fazenda diz que o Brasil já fez todos os ajustes econômicos necessários para superar a crise, encontrando-se hoje um passo à frente dos tradicionais devedores.

O pedido de reescalonamento da dívida e melhores condições para o pagamento do seu serviço é uma atitude perfeitamente normal para qualquer país, como a Coreia, que não se encontra enquadrada como "um país devedor", ou seja, não integra a lista especial.

Todos os países em desenvolvimento, captadores de recursos no mercado internacional, segundo o ministro Funaro, pedem, todos os anos, o reescalonamento da sua dívida externa. O que deve indicar se um país deve ou não integrar a **lista especial** de devedores é o seu estágio de ajustamento. E o Brasil, diz Funaro, encontra-se plenamente ajustado.

Esta não é uma nova tese de confronto, mas si uma tese "de um passo à frente", diz o ministro. "A tese é boa para o Brasil e boa para o sistema financeiro internacional, porque assim, está deixando um país



Dilson Funaro

de elevadas potencialidades voltar a ter um convívio pleno com o mercado. A normalização plena do convívio do Brasil com o mercado financeiro internacional — assinala — é absolutamente indispensável neste momento.

O Governo brasileiro, entende Funaro, provou ao mundo que estava no caminho certo ao não acatar as fórmulas tradicionais dos países desenvolvidos para que os países devedores convivessem com a crise, passando, todas elas, pelo mecanismo recessivos. Ao rejeitá-las, sem deixar de honrar seus compromissos externos, o País mostrou o acerto das suas concepções de política econômica, encontrando-se, hoje, plenamente estabilizado.

Dentro desta visão de estabilização, ele diz que não se pode tomar como parâmetro a inflação de 1,4 por

cento calculada pela Fundação IBGE, por se tratar de um índice perfeitamente explicado pela distorção de dois fatores — os preços dos automóveis usados e os preços das roupas de inverno — fatores circunstanciais que tendem a uma rápida acomodação.

"O Brasil é hoje um país que ocupa a oitava economia industrial do Ocidente. As publicações externas demonstram que iremos ocupar o sexto ou sétimo lugar até o final do século. Nós temos de ser uma grande Nação, e temos que, deste modo, normalizar a situação com o resto do mundo. Uma grande nação — diz Funaro — não pode ficar numa lista de devedores, como o Brasil tem ficado. Isso é um erro. Nosso, e do sistema financeiro. E vamos, certamente, corrigir este erro" — assinala.

O ministro fala, em se-

guida, nas perspectivas de o Brasil reabrir este ano as linhas de crédito comercial — que vinha recusando — através de todos os Exim-banks. Com isto, pretende o Governo dar também mais um passo na normalização deste relacionamento com o resto do mundo.

CLUBE DE PARIS

Funaro voltou a falar sobre os entendimentos mantidos entre o Governo brasileiro e o Clube de Paris. Confirmou que o Brasil adotou, no caso, uma posição unilateral, de fixar ele próprio o quanto e como pagar, para não ter de entrar em discussões que não interessam ao Governo brasileiro, como a necessidade ou não de se voltar a manter acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Explicou que existia no comitê dos países ricos, junto ao Clube de Paris, uma posição de somente fazer negociações com os países que tinham acordos com o FMI. Entretanto, disse que no Comitê dos 20 — países desenvolvidos e em desenvolvimento — esta posição se tornou mais flexível, acatando-se, também, os ajustamentos econômicos adotados por iniciativa própria. Assim — arrematou — o Brasil está perfeitamente enquadrado dentro destas posições e não pretende reabrir nenhuma discussão nova sobre o assunto. A partir do dia 1º de julho, o Governo brasileiro estará remetendo aos países credores do Clube de Paris, as ordens de pagamento, saldando — da forma que entendeu melhor — os seus compromissos. E o ministro tem certeza de que ninguém vai devolver o cheque.